

EPEC EURO ALBINO DE SOUZA
EXTENSÃO JAGUARIÚNA
Técnico em Administração

Kemily Vitória Cordeiro da Silva

**O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL:
TARIFAS NORTE-AMERICANAS E SEUS REFLEXOS
SOCIOECONÔMICOS**

Jaguariúna

2025

Kemily Vitória Cordeiro da Silva

**O AGRONEGOCIO BRASILEIRO NO COMERCIO INTERNACIONAL:
TARIFAS NORTE-AMERICANAS E SEUS REFLEXOS
SOCIOECONOMICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso Técnico em
Administração da ETEC Euro Albino
de Souza, orientado pelo Prof.
Nilton Silveira como requisito parcial
para obtenção do título de Técnico
em Administração.

Jaguariúna

2025

S586a

Silva, Kemily Vitoria Cordeiro.

O Agronegócio Brasileiro no Comércio Internacional: Tarifas Norte-
Americanas e seus Reflexos Socioeconômicos – Mogi Guaçu – SP. 2025.

50 p.

Trabalho de Conclusão do Curso de Ensino Médio com Habilitação
Profissional Técnico em Administração da ETEC Euro Albino de
Souza de Mogi Guaçu.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu amado Deus pai, por ser meu sustento e refúgio em todos os momentos. Em meio a uma fase turbulenta e cheia de desafios, Ele me deu forças para continuar, mesmo quando o cansaço parecia maior do que a vontade de prosseguir.

Conciliar dois trabalhos durante o dia e o curso de Administração à noite exigiu de mim renúncia, disciplina e fé. Foram dias difíceis, mas também de muito aprendizado e amadurecimento. Cada esforço dedicado a essa jornada me mostrou que não há limites para quem sonha e acredita.

Sou grata a esta oportunidade de formação, pois sei que este curso abrirá portas importantes para meu crescimento profissional e pessoal. A Administração, mais do que uma graduação, representa para mim um caminho de novas possibilidades e conquistas.

E, para firmar minha gratidão e esperança, deixo registradas duas promessas que me sustentaram nessa caminhada:

"Pois eu sei os planos que tenho para vocês", diz o Senhor. "São planos de bem e não de mal, para dar a vocês um futuro e uma esperança." Jeremias 29:11

"Seja forte e corajoso! Não tenha medo nem fique apavorado, pois o Senhor, seu Deus, estará com você por onde andar." Josué 1:9

ΕΠΙΓΡΑΦΕ

RESUMO

O presente trabalho analisa o agronegócio brasileiro no comércio internacional, com ênfase nas exportações de café e nos impactos das tarifas norte-americanas. O estudo aborda a evolução do setor cafeeiro, a participação do Brasil no mercado global e os reflexos socioeconômicos decorrentes das barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos. Por meio de revisão bibliográfica e análise de dados do comércio exterior, identifica-se que as tarifas influenciam diretamente a competitividade das exportações brasileiras e afetam produtores, distribuidores e a economia regional. Os resultados evidenciam a importância de políticas públicas estratégicas para minimizar impactos negativos e potencializar os benefícios da inserção do Brasil no mercado internacional.

Palavras-chave: Agronegócio; Comércio internacional; Café; Tarifas; Impacto socioeconômico .

ABSTRACT

This study analyzes Brazilian agribusiness in international trade, focusing on coffee exports and the impacts of U.S. tariffs. It addresses the evolution of the coffee sector, Brazil's role in the global market, and the socioeconomic consequences of trade barriers imposed by the United States. Through a literature review and analysis of foreign trade data, the study finds that tariffs directly affect the competitiveness of Brazilian exports, influencing producers, distributors, and the regional economy. The results highlight the importance of strategic public policies to mitigate negative effects and enhance the benefits of Brazil's integration into the international market.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
JUSTIFICATIVA	9
OBJETIVOS	9
DESENVOLVIMENTO	11
A Importância da Exportação Agropecuária para o Brasil	11
Café cultura dos EUA.	12
Breve histórico da cafeicultura nos EUA	14
Relevância do café no comércio exterior brasileiro	16
História do Café no Brasil	17
Produção agropecuária e exportações brasileiras	19
Políticas públicas e instrumentos de incentivo ao agronegócio brasileiro: regulamentações vigentes e os desafios impostos pelas sanções comerciais dos Estados Unidos.	23
Panorama das exportações brasileiras: principais mercados e volume comercializado.	26
Competitividade do café brasileiro no mercado internacional	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	35
ANEXO A – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	37

INTRODUÇÃO

“Nada é mais certo neste mundo do que a morte e os impostos.” — Benjamin Franklin

“A carga tributária excessiva sufoca o crescimento econômico e a iniciativa privada.” — Milton Friedman

O agronegócio brasileiro desempenha um papel fundamental na economia nacional, sendo responsável por significativa parcela do Produto Interno Bruto (PIB), geração de empregos e posicionamento do país no comércio internacional. Dentre os diversos produtos agrícolas, o café se destaca como um dos principais itens de exportação, consolidando o Brasil como maior produtor e exportador mundial da commodity. A relevância do setor cafeeiro transcende a esfera econômica, refletindo também em aspectos sociais, considerando o impacto direto sobre produtores, distribuidores, trabalhadores rurais e comunidades envolvidas na cadeia produtiva.

Nos últimos anos, a inserção do Brasil no mercado internacional tem sido marcada por desafios decorrentes de barreiras comerciais, como tarifas impostas por países importadores, especialmente os Estados Unidos. Essas tarifas impactam a competitividade das exportações brasileiras, influenciando os preços do café e afetando diretamente a renda dos produtores, a distribuição de empregos e o desenvolvimento econômico regional. Além disso, tais barreiras repercutem sobre a população brasileira, por meio de efeitos indiretos na economia, incluindo aumento de preços em cadeias produtivas dependentes do comércio exterior.

Por outro lado, essas tarifas também afetam os consumidores norte-americanos, que passam a arcar com preços mais elevados pelo café importado, evidenciando que barreiras comerciais têm efeitos globais e não se restringem aos países que as aplicam.

Além disso, o estudo do impacto das tarifas norte-americanas permite compreender melhor as estratégias adotadas pelo Brasil para manter sua competitividade internacional e fortalecer a economia interna. Ao analisar os reflexos socioeconômicos, o trabalho contribui para a identificação de oportunidades e desafios enfrentados pelo setor cafeeiro, auxiliando na formulação de políticas públicas e decisões empresariais mais eficazes. Este panorama evidencia a necessidade de uma abordagem integrada que considere tanto os aspectos econômicos quanto sociais, reforçando a importância do agronegócio brasileiro no cenário global.

Portanto, compreender os impactos das tarifas norte-americanas sobre o café brasileiro é essencial para uma administração estratégica do setor, capaz de equilibrar interesses econômicos, sociais e comerciais em um mercado internacional cada vez mais competitivo.

JUSTIFICATIVA

O presente trabalho justifica-se pela importância de analisar como as tarifas norte-americanas impactam o agronegócio brasileiro, com foco nas exportações de café, contribuindo para a formulação de políticas públicas estratégicas, decisões empresariais mais assertivas e maior compreensão dos efeitos econômicos sobre a população. Além disso, a pesquisa se reveste de relevância acadêmica ao fornecer uma análise detalhada sobre os reflexos socioeconômicos decorrentes de barreiras comerciais internacionais.

Adicionalmente, a pesquisa permite identificar oportunidades para melhorar a gestão e a administração estratégica das cadeias produtivas de café, contribuindo para o fortalecimento do setor e a redução de vulnerabilidades frente a barreiras comerciais externas. Ao analisar os efeitos sobre a população brasileira e os impactos indiretos nos consumidores norte-americanos, o estudo evidencia a importância de decisões bem fundamentadas que considerem tanto os aspectos econômicos quanto sociais do comércio internacional. Dessa forma, a pesquisa busca fornecer subsídios que possam apoiar tanto gestores públicos quanto privados na tomada de decisões mais eficientes e sustentáveis.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

Analisar os impactos das tarifas norte-americanas sobre o comércio internacional do café brasileiro e seus reflexos socioeconômicos, considerando produtores, distribuidores, economia regional e população.

Objetivos específicos:

Mapear a evolução histórica e o panorama atual do setor cafeeiro brasileiro, destacando sua importância econômica e social.

Identificar a participação do Brasil no mercado internacional de café e os principais destinos das exportações.

Avaliar os efeitos das barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos sobre a competitividade das exportações brasileiras.

Analisar os reflexos econômicos e sociais das tarifas sobre produtores, distribuidores, trabalhadores rurais e comunidades envolvidas na cadeia produtiva.

Investigar os impactos indiretos dessas tarifas sobre a população brasileira e os consumidores norte-americanos, considerando alterações nos preços e na oferta de produtos.

Fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas e estratégias de administração que fortaleçam o setor cafeeiro e minimizem impactos negativos decorrentes de barreiras comerciais internacionais.

DESENVOLVIMENTO

A exportação agropecuária brasileira desempenha um papel fundamental na economia do país, com destaque para o café, que é um dos maiores produtos exportados pelo Brasil. O país responde por aproximadamente um terço da produção mundial de café, podemos dizer que é 33,33%! Nossa exportação tem um impacto significativo na balança comercial, gerando bilhões de dólares em receita anualmente.

Entretanto, a exportação de café enfrenta diversos desafios, como mudanças climáticas, questões relacionadas à sustentabilidade, barreiras comerciais e burocracias internas que dificultam o processo de comercialização no mercado global. Além disso, a competitividade do café brasileiro no mercado internacional é influenciada pela tarifa de exportação e pelas exigências de certificações ambientais e práticas sustentáveis. Este estudo busca analisar os principais desafios e benefícios da exportação de café, considerando o impacto da burocracia, as barreiras comerciais internacionais, as oportunidades criadas pela demanda por produtos orgânicos e sustentáveis, e a tarifação dos produtos pelas tarifas dos estados unidos e seus impactos na competitividade do setor.

A Importância da Exportação Agropecuária para o Brasil

A exportação agropecuária desempenha um papel central na economia brasileira, sendo responsável por grande parte do saldo positivo da balança comercial e pela geração de empregos em diversas regiões. O agronegócio representa cerca de metade das exportações totais do país, consolidando o Brasil como um dos maiores fornecedores mundiais de alimentos, fibras e matérias-primas.

Dentro desse cenário, o café se destaca como uma das commodities mais tradicionais e relevantes do Brasil, tanto histórica quanto economicamente. O país é o maior produtor e exportador mundial, e grande parte dessa produção é destinada ao mercado externo, especialmente para países como Estados Unidos, Alemanha, Itália e Japão, que figuram entre os principais consumidores do café brasileiro. Esse desempenho faz com que a renda de milhares de produtores e cooperativas dependa diretamente do comércio exterior.

Por essa razão, compreender a importância das exportações agropecuárias é essencial para analisar os impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos. Como grande comprador do café brasileiro, qualquer alteração tarifária nesse mercado afeta não apenas a competitividade do produto, mas também o preço final, a renda dos produtores e o desempenho econômico de regiões produtoras. As barreiras comerciais influenciam diretamente o fluxo de exportações e podem gerar

instabilidade no setor rural, que já enfrenta desafios como custos de produção, logística e oscilações cambiais.

Assim, a relevância da exportação agropecuária vai além da geração de divisas: ela sustenta cadeias produtivas inteiras, influencia políticas públicas e impacta a economia regional e nacional. No caso do café, sua representatividade no agronegócio brasileiro justifica a necessidade de analisar com profundidade os reflexos socioeconômicos das tarifas norte-americanas e como essas medidas alteram o desempenho de um setor estratégico para o Brasil.

Café cultura dos EUA.

O café tem origem na região da Abissínia, atual Etiópia, onde, segundo a tradição, cabras teriam consumido os frutos avermelhados de uma planta até então desconhecida. De lá, a bebida se difundiu para o Iêmen, na Península Arábica, onde começou a ser produzida e comercializada. Posteriormente, o café conquistou o Velho Continente e, com a expansão colonial, alcançou a América do Sul.

Militares holandeses levaram mudas para o Suriname e, em seguida, para a Guiana Francesa. Conta-se, inclusive, que as primeiras plantas brasileiras tiveram como origem o Palácio de Versailles, embora o registro histórico mais aceito seja o de Francisco de Melo Palheta, que trouxe sementes da Guiana Francesa em 1727.

Nos Estados Unidos, o café também marcou presença desde o início da colonização. Conforme registra William Ukers (1935), o capitão John Smith — fundador da colônia inglesa de Jamestown em 1607 — “foi, sem dúvida, o primeiro a trazer conhecimento sobre o café à América do Norte”, fruto de sua vivência no Império Otomano. Além disso, um cronograma histórico aponta que, em 1603, Smith já mencionava o termo *coffa* em seu livro *Travels and Adventure*, ao se referir à bebida turca.

O verdadeiro ponto de virada, porém, ocorreu em 1773, durante o episódio conhecido como Boston Tea Party. Naquele momento, a Inglaterra buscava recuperar os custos da Guerra dos Sete Anos (1756–1763) por meio de impostos elevados sobre o chá. Como forma de protesto, colonos americanos lançaram ao mar 342 caixas — cerca de cinco toneladas — da mercadoria. A partir de então, o café passou a substituir o chá e seu consumo foi visto como ato patriótico e de afirmação da identidade americana.

Após o Boston Tea Party, o café deixou de ser apenas uma alternativa ao chá e começou a ganhar espaço como símbolo cultural e político nos Estados Unidos. Contudo, sua consolidação como hábito nacional se deu de forma marcante

durante o século XIX, principalmente no período da Guerra Civil Americana (1861–1865).

O café tornou-se um elemento indispensável para os soldados de ambos os lados do conflito. Estima-se que um combatente da União consumia, em média, até três xícaras por dia, já que a bebida fazia parte das rações militares oficiais. Além de servir como fonte de energia, o café era valorizado por suas propriedades estimulantes e pelo conforto psicológico que oferecia em meio às dificuldades do campo de batalha.

Relatos históricos reforçam a importância do café:

- “Ninguém consegue ‘ser soldado’ sem café.” – Diário de soldado da União citado em William Harrison Ukers, *All About Coffee* (1935) e em artigos históricos como History News Network
- “O café é mais importante que a pólvora. É dele que tiramos forças.” – Capitão William H. Harris, cartas de 1863
- “Por alguns minutos, enquanto fervemos a água e esperamos a infusão, esquecemos o barulho dos canhões.” – Soldado John Billings, no livro *Hardtack and Coffee* (1887)
- “Tudo aqui está em caos... Somos reduzidos às rações racionadas e sem café. E ninguém consegue ‘soldier’ sem café.” – Ebenezer N. Gilpin, exército da União, abril de 1865
- “O café não era apenas uma bebida; era um consolo, uma lembrança de casa.” – Diário de Josiah Gorgas, 1862
- “Chamávamos aquilo de café, mas era apenas ilusão. O gosto verdadeiro, só quem lutava no Norte ainda tinha.” – Carta de Mary Chesnut, 1863
- “O café unia homens de diferentes estados e origens. Ao redor da caneca quente, todos eram iguais.” – Soldado Charles F. Johnson, memórias de guerra

O café era preparado em condições improvisadas: grãos eram torrados em panelas rudimentares, moídos com pedras e fervidos em canecas de estanho. Até mesmo rifles chegaram a ser adaptados como moinhos de café embutidos para os soldados moerem os grãos ali mesmo.

No Sul, onde o café era escasso devido ao bloqueio naval, soldados recorreram a substitutos como chicória, bolotas, dente-de-leão, centeio, amendoim e ervilhas torradas. Apesar da falta de acesso ao grão verdadeiro, o café continuava sendo um símbolo de resistência e conforto emocional.

Além de sustento físico, o café tinha função social. Ele reunia os soldados em torno de fogueiras, promovendo momentos de camaradagem mesmo entre inimigos, que por vezes trocavam tabaco por café.

O legado do café na Guerra Civil é evidente: ao final do conflito, o consumo nacional praticamente dobrou, consolidando o hábito e preparando o terreno para a industrialização do café nos Estados Unidos e sua transformação em um elemento cultural central na sociedade americana. O legado da Guerra Civil impulsionou a indústria do café, tornando-o acessível a um público maior e reforçando seu papel simbólico e social na sociedade americana.

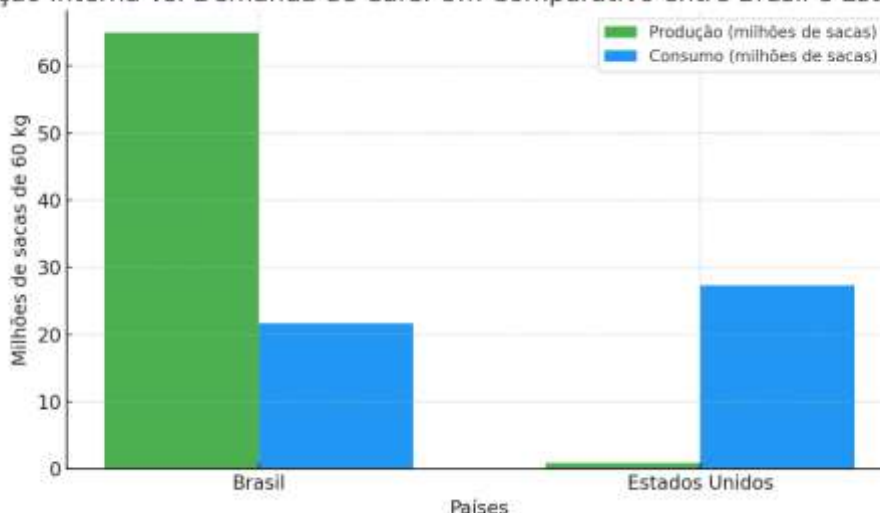
Breve histórico da cafeicultura nos EUA

Embora os Estados Unidos sejam conhecidos mundialmente como um dos maiores consumidores de café, a produção interna é bastante limitada. O Havaí é a principal região produtora, concentrando plantações nas ilhas de Kona, Maui, Kauai e Oahu, onde o cultivo se mantém ativo até hoje. O café havaiano é considerado premium, sendo cultivado com técnicas que preservam a qualidade do solo vulcânico e a exposição adequada das plantas.

Pequenas plantações experimentais também existem na Califórnia e Flórida, voltadas principalmente para cafés especiais e pesquisas agrícolas, enquanto em Porto Rico, território americano, a produção se mantém reduzida. Apesar dessa produção interna, os EUA ainda dependem fortemente de importações de países como Brasil, Colômbia e Vietnã, cobrindo menos de 0,05% do consumo total. Esse panorama demonstra que, mesmo sendo um país consumidor histórico, a cafeicultura americana se mantém em escala restrita, com destaque apenas para os cafés premium do Havaí.

Mas como podemos ver nos gráficos a seguir, há uma grande discrepância entre a produção e consumo internos nos EUA.

Produção Interna vs. Demanda de Café: Um Comparativo entre Brasil e Estados Unidos



O Brasil tem como Consumo Anual 65 milhões de sacas com 60 kg, com um consumo interno de 21,7 milhões de sacas, 21,7 milhões de sacas. Os Estados Unidos têm como produção de café em 0,9 milhão de sacas de 60 kg (menos de 1% do consumo) Consumo interno: 27,3 milhões de sacas. Os EUA produzem menos de 1/30 da sua própria demanda, dependendo fortemente de importações, principalmente do Brasil, Colômbia e Vietnã.

Em contraste com o papel do Brasil como maior produtor e exportador mundial de café, os Estados Unidos se destacam pelo volume expressivo de consumo. O país figura entre os maiores consumidores globais, com uma média anual de aproximadamente 27 milhões de sacas de 60 kg, mas sua produção doméstica permanece extremamente limitada, restrita principalmente ao estado do Havaí e, em menor escala, a experiências na Califórnia e na Flórida.

Essa discrepância evidencia a centralidade dos EUA como mercado importador, sustentando a cadeia global do café. Diferentemente do Brasil, onde o café possui forte relevância no agronegócio e no comércio exterior, a cafeicultura norte-americana ocupa espaço marginal, sendo valorizada mais pela qualidade — especialmente no caso do café havaiano — do que pelo volume. Nesse contexto, observa-se uma relação de complementaridade entre os dois países: o Brasil, consolidado como fornecedor, e os Estados Unidos, como consumidor estratégico, cuja demanda influencia diretamente o mercado internacional. Diante desse panorama histórico da cafeicultura no Brasil e nos Estados Unidos, nota-se que a trajetória do setor foi decisiva para a configuração atual do mercado mundial. Nesse sentido, a análise do desempenho contemporâneo das exportações brasileiras de café torna-se essencial para compreender sua relevância econômica e estratégica.

Relevância do café no comércio exterior brasileiro.

Para compreender essa relevância de forma concreta, é fundamental destacar o peso do café na pauta do comércio exterior brasileiro, apoiado em dados que evidenciam a força e o alcance da produção nacional.

Desde que cabras da região da Abissínia, atual Etiópia, comeram os frutos amarelo avermelhados de uma planta até então desconhecida, o café vem conquistando as civilizações e ganhando preparos diversos de forma a atender os mais diferentes gostos. No Brasil, o consumo do café quente é o maior do mundo. Se considerada também a versão extraída a frio, o chamado cold Brew, o país ocupa a segunda posição, precedido pelos Estados Unidos. Já a liderança na produção e exportação, essas são imbatíveis, e o Brasil responde por cerca de um terço da produção mundial de café.

No dia 14 de abril celebra-se o Dia Mundial do Café, data que reforça a importância dessa cultura agrícola para a economia global e, em especial, para o Brasil — maior produtor e exportador do grão. Em 2023, a área destinada à cafeicultura (arábica e conilon) no país alcançou 2,26 milhões de hectares, com previsão de produção de aproximadamente 54,94 milhões de sacas de café beneficiado, segundo dados da Conab.

O café ocupa posição de destaque no cenário mundial: é a segunda bebida mais consumida no planeta, atrás apenas da água. De acordo com a Organização Internacional do Café (OIC), entre outubro de 2021 e setembro de 2022 foram produzidas 170,83 milhões de sacas de 60 kg e consumidas cerca de 164,9 milhões de sacas. Nesse contexto, o Brasil não apenas lidera a produção e exportação, como também ocupa a segunda posição em consumo interno, atrás apenas dos Estados Unidos.

Em 2022, o país exportou aproximadamente 2,2 milhões de toneladas, o equivalente a 39,4 milhões de sacas de café, com embarques para 145 países. Os principais destinos foram Estados Unidos e Alemanha, seguidos por Itália, Bélgica e Japão. O desempenho expressivo das exportações resultou em uma receita de US\$ 9,2 bilhões, considerando café verde, solúvel e extratos, impulsionada pela valorização do produto no mercado internacional. Já em 2025, após novas tarifas de importação nos Estados Unidos, a estimativa atualiza produção de café para 55,2 milhões de sacas na safra 2025, crescimento é esperado mesmo em ano de bialidade negativa. O resultado estimado para a produção de café em 2025 é influenciado pela recuperação de 3% na produtividade das lavouras na média nacional (CONAB). A área total destinada à cafeicultura em 2025, considerando as espécies arábica e conilon tanto em produção como em formação, é de 2,25 milhões de hectares, o que representa um crescimento de 0,9% em relação ao ano anterior.

História do Café no Brasil.

Mas como o Brasil chegou nesse nível? O café chegou ao Brasil no ano de 1727, duzentos anos após a colonização do País pelos portugueses, inicialmente, chegou pelo estado do Para porem foi cultivado para uso doméstico no estado do Belém, mas foi em 1820 que encontrarem solo propício para os cafezais, o que possibilitou o início da produção em maior escala e impulsionou a expansão do cultivo para outras regiões, como o Vale do Paraíba fluminense e paulista. Entre o final do século XVIII e meados do XIX, só foi possível graças ao trabalho escravizado. Milhares de africanos foram trazidos para as fazendas, onde desempenhavam atividades extremamente pesadas, como o preparo do solo, o plantio, a colheita e o transporte dos grãos. O trabalho começava antes do nascer do sol e terminava à noite, em condições precárias, com alimentação limitada e vigilância constante.

As fazendas de café tornaram-se símbolos do regime escravista, empregando centenas de cativos que viviam em senzalas e eram submetidos a castigos físicos. O café, que gerava riqueza e prestígio à elite agrária, também representava sofrimento e exploração para os trabalhadores escravizados. Diversos estudos reforçam essa realidade, evidenciando como a cultura cafeeira esteve profundamente ligada à manutenção do sistema escravista no país. Estudos do historiador Rafael Marquese (USP) e do clássico Gilberto Freyre (em *Casa-Grande & Senzala*) mostram que o café intensificou o uso do trabalho escravo no Brasil mais do que qualquer outro produto colonial. No auge da produção, estima-se que mais de 1 milhão de pessoas escravizadas trabalhavam diretamente nas fazendas cafeeiras, sobretudo no Vale do Paraíba, Sul de Minas e Oeste Paulista.

Há poucos relatos diretos escritos por pessoas escravizadas nesse período — justamente porque eram impedidas de ler e escrever —, mas existem registros indiretos em cartas, jornais e testemunhos de viajantes estrangeiros. Um dos relatos mais conhecidos é o do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, que descreveu em 1822 as condições dos escravos nas fazendas de café do Rio de Janeiro:

“Nas plantações de café, os escravos trabalham desde o romper do dia até o cair da noite. São vigiados de perto e castigados severamente pelos feitores. As mulheres também participam da colheita, carregando pesados sacos de grãos nos ombros.”

Outro registro é do naturalista Johann Moritz Rugendas, que retratou em suas gravuras (publicadas no livro *Viagem Pitoresca ao Brasil*, de 1835) o cotidiano das fazendas de café: longas fileiras de trabalhadores curvados, supervisionados por capatazes armados.

Essas descrições revelam a violência estrutural do sistema cafeeiro escravista, onde o lucro e a exportação se sobrepunham à dignidade humana. A produção dependia inteiramente dessa mão de obra até 1850, quando a Lei Eusébio de Queirós proibiu o tráfico transatlântico. Ainda assim, a escravidão interna persistiu até 1888, quando foi finalmente abolida com a Lei Áurea, encerrando um dos períodos mais duros da história do país.

Os fazendeiros tiveram de buscar novas formas de mão de obra, o que levou à introdução do trabalho assalariado e da imigração europeia, especialmente de italianos, para suprir a necessidade de trabalhadores nas lavouras.

Esse processo marcou o declínio do Vale do Paraíba como principal centro produtor e o deslocamento do eixo da cafeicultura para o Oeste Paulista, onde o solo roxo e as novas tecnologias agrícolas garantiram maior produtividade e sustentaram a expansão do café nas décadas seguintes. Essa transição consolidou o café como base da economia brasileira e fortaleceu a região Sudeste como o principal polo econômico do país. O ciclo do café foi crucial para o desenvolvimento do Sudeste, uma vez que até então, o Norte e Nordeste eram as regiões mais influentes do Brasil. No final do século XIX e início do século XX, os barões do café ganharam grande influência na política nacional, especialmente com a política do “café com leite”, que dividiu o poder no Brasil. E o que seria esse “café com leite”? Esse termo se deve a política do “café com leite” marcou a República Velha (1889–1930) e refletia a influência das oligarquias estaduais na política nacional. São Paulo, principal produtor de café, e Minas Gerais, importante produtor de leite e de pecuária, alternavam-se na presidência da República por meio de acordos entre as elites locais. Essa alternância consolidava a hegemonia política das regiões economicamente mais fortes, garantindo que os interesses da cafeicultura e da agropecuária fossem prioritários. O termo simboliza, portanto, a estreita relação entre poder econômico e político nesse período.

E quando o ouro e o açúcar reduziram graças a queda dessa era, o café se tornou o principal produto de lucro do Brasil no século 19. O café tornou-se uma commodity globalmente (Commodity é um produto bruto ou pouco industrializado, produzido em grande escala, que serve de matéria-prima e é comercializado no mercado internacional.) Comercializada, e o Brasil emergiu como um dos principais exportadores. Atualmente, o Brasil é conhecido pela qualidade dos seus grãos e é o maior exportador mundial de café, com cerca de 67% a 70% da produção destinada ao mercado externo. No mundo, mais de 70 países cultivam café, mas a maior parte da produção global provém apenas dos cinco principais produtores: Brasil, Vietnã, Colômbia, Indonésia e Etiópia.

O crescimento da cafeicultura impulsionou o desenvolvimento de infraestrutura de transporte no Brasil. Para escoar a produção das fazendas do interior até os portos de exportação, foram construídas ferrovias estratégicas, como

a Estrada de Ferro Central do Brasil e a São Paulo Railway, ligando o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista aos portos do Rio de Janeiro e de Santos. Esses portos se modernizaram para receber grandes volumes de grãos, agilizando o embarque para o mercado internacional. Além das ferrovias, o transporte fluvial também era utilizado em regiões mais distantes. Essa rede logística consolidou o café como produto de exportação, conectando o interior agrícola ao comércio global e fortalecendo a economia do Sudeste, fechando assim o ciclo histórico e econômico do café no Brasil.

"Do grão plantado no solo brasileiro ao aroma que percorre o mundo, o café não é apenas uma commodity — é um símbolo da força, da história e da alma exportadora de um Brasil que se fez gigante no campo e soberano no comércio global."

Produção agropecuária e exportações brasileiras

Se o café moldou a economia, a política e a infraestrutura do Brasil ao longo dos séculos XIX e XX, hoje ele continua sendo a base de um setor agropecuário estratégico, que impulsiona as exportações e consolida o país como um dos principais players do mercado internacional. Se o café moldou a economia, a política e a infraestrutura do Brasil ao longo dos séculos XIX e XX, ele também lançou as bases para um setor agropecuário forte e diversificado, capaz de sustentar a posição do país como um dos maiores exportadores mundiais.

Atualmente, a agropecuária brasileira representa um dos pilares da economia, respondendo por uma significativa parcela do Produto Interno Bruto e do saldo da balança comercial. O país se destaca pela produção em larga escala de produtos como café, soja, milho, carne bovina, açúcar e laranja, atendendo tanto ao mercado interno quanto ao mercado internacional. O setor não apenas gera riqueza, empregos e renda, mas também fortalece a infraestrutura logística, os investimentos em tecnologia agrícola e a inovação em técnicas de cultivo.

Nesse contexto, o café mantém sua posição de destaque, simbolizando a união entre tradição histórica e relevância econômica contemporânea.

Entre os principais tipos de café produzidos no Brasil, destaca-se o Arábica, cultivado em regiões mais altas e frias, conhecido por seu sabor suave e aroma marcante, e o Robusta (Conilon), produzido em regiões mais quentes, com maior teor de cafeína e sabor mais intenso. Essas variedades abastecem tanto o mercado interno quanto o internacional, garantindo diversidade e competitividade ao produto brasileiro.

O Brasil também abriga marcas de café reconhecidas mundialmente, como 3 Corações, Pilão, Café do Ponto e Illy Brasil, que agregam valor ao produto e fortalecem a imagem do país como referência global em café. A presença dessas marcas evidencia não apenas a dimensão econômica do setor, mas também sua

capacidade de gerar valor agregado e inserir o Brasil em cadeias de produção de alto padrão no comércio internacional.

Em síntese, a agropecuária, com o café como protagonista histórico e econômico, permanece como um setor estratégico, articulando tradição, inovação e posição de destaque no mercado global, consolidando o Brasil como uma potência agrícola e exportadora.

Em conclusão, a agropecuária brasileira se confirma como um pilar estratégico da economia, capaz de sustentar tanto o mercado interno quanto a inserção internacional do país. O café, com sua relevância histórica e econômica, continua sendo o produto símbolo dessa força, refletindo a capacidade do Brasil de aliar tradição, produtividade e inovação. A diversidade de tipos de café, aliada à presença de marcas reconhecidas mundialmente, evidencia não apenas o valor agregado do produto, mas também o papel central da agropecuária no desenvolvimento regional, na geração de empregos e na consolidação do Brasil como potência global no comércio de commodities. Assim, o setor permanece como motor de crescimento econômico, demonstrando que a herança histórica do café segue influenciando o presente e moldando o futuro da economia brasileira.

Cadeia produtiva do café

A produção de café no Brasil começa com a escolha do solo e do clima ideais, priorizando regiões com temperaturas entre 18°C e 24°C e boa quantidade de chuvas, como Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Bahia. Após a seleção do local, as mudas são cultivadas em viveiros por 6 a 12 meses antes do plantio definitivo. O florescimento ocorre entre 3 e 4 anos, dependendo da variedade, da qualidade do solo, da disponibilidade de chuvas e do manejo contra pragas e doenças. A colheita, realizada de maio a setembro, dura de 1 a 2 meses e marca o início do preparo do café para o mercado.

O Brasil, líder mundial na produção de café, investe constantemente em tecnologia e pesquisa para aumentar a produtividade e a qualidade, fortalecendo sua posição no mercado global. A variedade Robusta (Conilon), por exemplo, ocupa toda a área cultivada em Rondônia. Hoje, os cafés brasileiros são produzidos com responsabilidade social e ambiental e superam 80 pontos na escala de qualidade, garantindo reconhecimento internacional (Agri Brasilis)

Com a colheita concluída, os grãos passam para a etapa de processamento e agregação de valor, essencial para transformar o café em produto pronto para consumo e exportação. Esse processo envolve desde a secagem, que reduz a umidade e preserva a qualidade dos grãos, até a torrefação, responsável por desenvolver aroma, sabor e cor característicos do café. Em seguida, ocorre a moagem, que permite a produção de café moído, pronto para consumo doméstico, industrial ou em cápsulas. Por fim, a embalagem garante a conservação do aroma,

sabor e qualidade, preparando o café para chegar aos consumidores no mercado interno e internacional.

Etapa	Descrição
Secagem	Redução da umidade dos grãos após a colheita, podendo ser ao sol ou em secadores mecânicos, garantindo conservação e qualidade.
Torrefação	Processo de aquecimento dos grãos para desenvolver aroma, sabor e cor característicos do café.
Moagem	Trituração dos grãos para produção de café moído, adequado ao consumo doméstico, industrial ou em cápsulas.
Embalagem	Conservação do café em embalagens apropriadas, garantindo preservação do aroma, sabor e qualidade para comercialização e exportação.

Além de ser consumido tradicionalmente como bebida, o café se tornou um ingrediente versátil na alimentação, nas bebidas especiais e até na indústria de cosméticos. Na gastronomia, é utilizado em doces, bolos, sobremesas e molhos, conferindo aroma, sabor e complexidade aos pratos. Bebidas à base de café, como licores, coquetéis e drinks especiais, ampliam as formas de consumo, agregando valor e criatividade à bebida tradicional.

Fora do âmbito alimentar, o café também é incorporado em produtos de beleza e cosméticos, como esfoliantes, cremes corporais e óleos, aproveitando suas propriedades antioxidantes, estimulantes e tonificantes. Essa diversidade de usos evidencia como o café vai além da simples commodity, consolidando-se como um produto de alto valor agregado, capaz de gerar inovação, movimentar diferentes setores da economia e reforçar a imagem do Brasil como referência global no mercado cafeeiro.

Em suma, do plantio à colheita, passando pelo processamento, torrefação, moagem e embalagem, até seu uso em alimentos, bebidas e cosméticos, o café demonstra seu papel estratégico e multifacetado na economia brasileira, consolidando-se como um símbolo de tradição, inovação e competitividade no mercado global.

Políticas públicas e instrumentos de incentivo ao agronegócio brasileiro: regulamentações vigentes e os desafios impostos pelas sanções comerciais dos Estados Unidos.

O agronegócio brasileiro desempenha papel central na economia nacional, sendo responsável por significativa parcela das exportações e pela geração de emprego e renda em diversas regiões. Para garantir competitividade internacional e estabilidade ao produtor, o governo federal tem implementado um conjunto de políticas públicas, incentivos fiscais e instrumentos de crédito que visam fortalecer o setor, especialmente frente às barreiras e tarifas impostas por outros países, como os Estados Unidos. Em abril de 2025, ocorreu o início oficial das tarifas norte-americanas, com anúncios e implementações concretas do aumento das taxas de exportação e importação entre Brasil e Estados Unidos, medida que gerou preocupação no setor agroexportador brasileiro e motivou a adoção de políticas emergenciais e programas de mitigação de impactos econômicos.

Entre as principais ações, destaca-se o Plano Safra 2025/2026, que ampliou o volume de crédito rural para custeio, investimento e comercialização, com taxas de juros subsidiadas e linhas específicas voltadas à sustentabilidade e à cafeicultura, por meio do Funcafé. Além dele, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) oferece crédito diferenciado para pequenos produtores, promovendo inclusão produtiva e geração de renda no campo. Ambos os programas são regidos por normas atualizadas do Ministério da Agricultura e Pecuária e pelo Banco Central do Brasil.

No campo das exportações, políticas como o Regime Aduaneiro Especial de Drawback e o Programa REINTEGRA (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras) são instrumentos fundamentais para reduzir custos tributários e aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior. O Drawback suspende ou isenta tributos incidentes sobre insumos importados destinados à produção de bens exportados, enquanto o Reintegra devolve parte dos tributos acumulados ao longo da cadeia produtiva. Em 2025, ambos passaram por atualizações normativas que ampliaram sua aplicação e simplificaram processos, buscando adequar-se às novas dinâmicas do comércio internacional.

Todas essas operações e incentivos à exportação são controlados e registrados por meio do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), plataforma eletrônica criada pelo Governo Federal para integrar as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de importação e exportação. O Siscomex centraliza dados da Receita Federal e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), garantindo maior transparência, padronização e eficiência nas transações internacionais. Além de operacionalizar regimes como o Drawback, o sistema também permite a gestão de benefícios fiscais

e facilita a comunicação entre empresas e órgãos governamentais, reduzindo a burocracia e o tempo de liberação de mercadorias.

Outra medida recente é o Programa “Acredita Exportação” (Lei Complementar nº 216/2025), que incentiva micro e pequenas empresas a atuarem no comércio exterior, facilitando o reembolso de tributos e oferecendo linhas de financiamento específicas. Além disso, o Plano Brasil Soberano (2025) incluiu ações emergenciais para mitigar os efeitos das sobretaxas e tarifas impostas pelos Estados Unidos, com foco na proteção de cadeias produtivas estratégicas, como café e carne bovina.

A entrevista realizada com a secretária de economia de Jaguariúna (SP), Mariana Bruscatto (2025), reforça a importância dessas políticas para reduzir os impactos das tarifas internacionais e garantir previsibilidade ao produtor. Ao ser questionada sobre como as tarifas impostas pelos EUA afetam o Brasil e seus exportadores, ela destacou que “isso atinge não só os grandes exportadores, mas também toda a cadeia: do pequeno produtor à indústria. [...] É um chamado para investirmos em inovação, diversificação e em políticas públicas que deem mais segurança ao produtor” (BRUSCATTO, 2025).

Quando questionada sobre as políticas e programas existentes para mitigar esses impactos, Bruscatto afirmou que “existem políticas públicas e programas que buscam reduzir esses impactos. O produtor precisa de previsibilidade e acesso a novos mercados para não ficar refém de barreiras impostas por outros países” (BRUSCATTO, 2025). Essa fala corrobora a relevância das medidas governamentais recentes, que buscam diversificar mercados e reduzir a dependência do comércio com os Estados Unidos, ampliando a presença brasileira em regiões como Ásia, Oriente Médio e África.

Além disso, a secretária apontou as barreiras sanitárias, técnicas e burocráticas como desafios adicionais à exportação, observando que “as exigências de rastreabilidade e certificações ambientais são importantes, mas muitas vezes funcionam como barreiras disfarçadas de proteção de mercado” (BRUSCATTO, 2025). Essa percepção reforça a necessidade de políticas públicas que simplifiquem processos, incentivem certificações sustentáveis e promovam assistência técnica para pequenos e médios produtores.

Nesse contexto, destaca-se o papel da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. (Cooxupé), considerada a maior cooperativa de café do mundo e uma das instituições mais relevantes para este trabalho. A Cooxupé é fundamental para este estudo porque, a partir de suas ações e resultados, é possível compreender como o agronegócio brasileiro, especialmente o setor cafeeiro, pode lidar com as tarifas norte-americanas e com as transformações do comércio internacional.

De acordo com o Relatório Anual da Cooxupé (2024), a cooperativa apresentou resultados expressivos, mesmo diante das oscilações do mercado

global. Em 2024, a Cooxupé exportou milhões de sacas de café para países como Estados Unidos, Alemanha, Bélgica e Japão, mantendo o Brasil entre os líderes mundiais em exportação do grão. O relatório também evidencia que as políticas públicas de crédito rural, incentivos fiscais e programas de sustentabilidade foram essenciais para manter a competitividade e apoiar os cooperados frente às novas exigências internacionais.

Além disso, o documento ressalta que a Cooxupé tem investido em certificações de sustentabilidade, rastreabilidade e programas de capacitação que atendem às normas ambientais e sociais exigidas por importadores estrangeiros — o que contribui para superar barreiras não tarifárias. A cooperativa atua em parceria com programas governamentais e instituições financeiras, garantindo acesso a crédito, assistência técnica e condições para que pequenos e médios produtores continuem integrados ao mercado internacional.

Outro ponto relevante do relatório é o destaque à importância da diversificação de mercados e à busca por inovação tecnológica e práticas sustentáveis, alinhadas às novas demandas do comércio exterior. A Cooxupé também reforça a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e voltadas à proteção do produtor rural, diante das instabilidades causadas por tarifas e oscilações cambiais.

Assim, observa-se que o conjunto de programas nacionais — Plano Safra, PRONAF, Drawback, Reintegra, Siscomex, Plano Brasil Soberano — aliado à atuação institucional da Cooxupé, forma uma rede estratégica de sustentação do agronegócio brasileiro. A análise das práticas da cooperativa permite compreender como os agentes econômicos do setor têm se adaptado às mudanças e buscado fortalecer sua presença internacional, mesmo em um cenário de incertezas e tensões comerciais.

A ampliação dos incentivos governamentais, somada às iniciativas cooperativas e à atuação de entidades como a Cooxupé, é essencial para que o Brasil mantenha sua competitividade e continue expandindo sua presença nos mercados globais de café, com responsabilidade ambiental, inovação e resiliência econômica.

Conclui-se, portanto, que o conjunto de políticas públicas, programas governamentais e a atuação de cooperativas como a Cooxupé formam a base que sustenta a competitividade do agronegócio brasileiro no cenário internacional, permitindo que o setor continue crescendo mesmo diante das barreiras tarifárias impostas por países como os Estados Unidos.

Panorama das exportações brasileiras: principais mercados e volume comercializado.

O desempenho das exportações do agronegócio brasileiro reflete não apenas a força produtiva do país, mas também a capacidade de adaptação dos seus agentes econômicos diante de um cenário internacional em constante mudança. As políticas públicas e os incentivos governamentais, já discutidos anteriormente, sustentam grande parte desse avanço, permitindo que o Brasil mantenha sua posição de destaque entre os maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo.

No contexto do café, produto de grande relevância para a economia nacional, o Brasil figura como o maior exportador mundial, com presença consolidada em mercados tradicionais e emergentes. Entre os principais destinos estão Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Itália, Japão e China, países que representam os maiores volumes de importação do café brasileiro. Esses mercados não apenas consomem o grão verde, mas também valorizam a rastreabilidade, a sustentabilidade e a qualidade sensorial, fatores que vêm orientando a produção e o comércio exterior do setor.

A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. (Cooxupé) é um exemplo concreto dessa representatividade. Com sede em Minas Gerais e atuação em diversos estados produtores, a cooperativa exporta para mais de 50 países, consolidando-se como a maior cooperativa de café do mundo. De acordo com o Relatório Anual da Cooxupé (2024), o ano de 2024 foi marcado por um crescimento expressivo no volume de exportações, mesmo diante de oscilações no câmbio e no cenário tarifário internacional. As exportações da cooperativa se concentraram principalmente nos mercados norte-americano e europeu, com destaque para Estados Unidos, Alemanha, Bélgica e Itália, além do fortalecimento de relações comerciais com países asiáticos, especialmente Japão e Coreia do Sul.

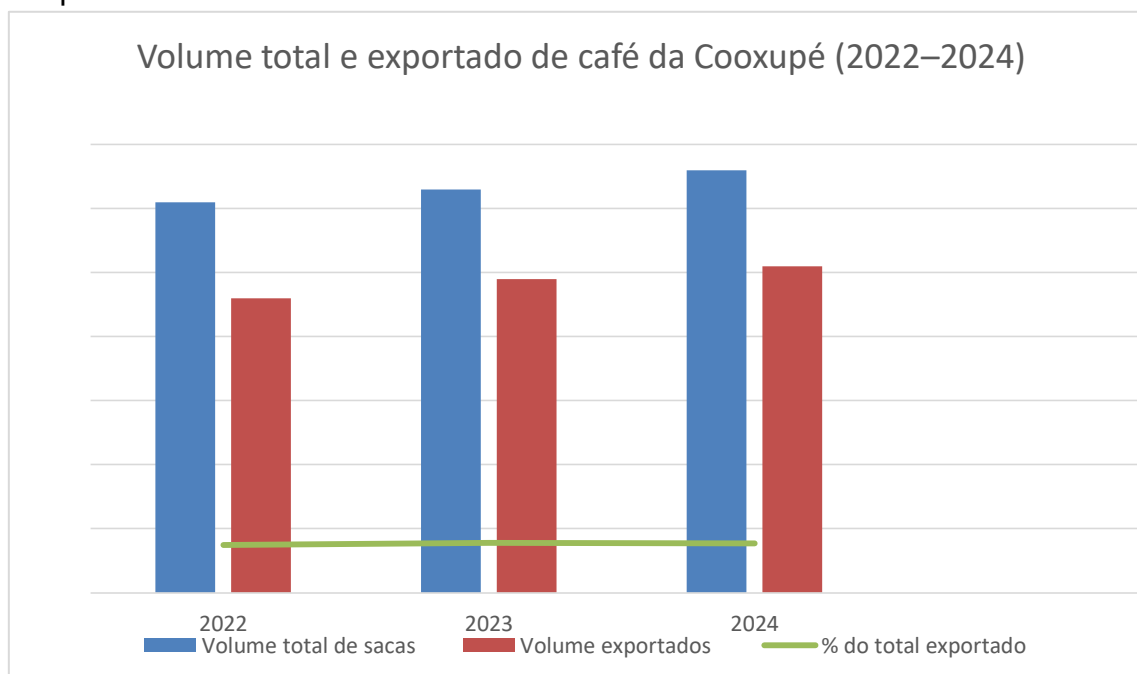
Esse desempenho demonstra que a diversificação geográfica é uma estratégia essencial para a estabilidade das exportações brasileiras. A ampliação dos mercados consumidores permite reduzir a dependência de destinos tradicionais e protege o produtor de oscilações políticas e tarifárias, como as implementadas pelos Estados Unidos em 2025. Ao mesmo tempo, a entrada em novos mercados exige que o produto brasileiro atenda a padrões rigorosos de certificação e sustentabilidade — um processo no qual a Cooxupé tem investido fortemente.

A cooperativa destaca em seu relatório que as certificações ambientais e sociais, como Rainforest Alliance (Aliança pela Floresta Tropical) e 4C – Common Code for the Coffee Community (Código Comum para a Comunidade Cafeeira), têm sido diferenciais competitivos importantes para manter e expandir o acesso a mercados internacionais exigentes. Além disso, os programas de rastreabilidade e

assistência técnica ao cooperado fortalecem a confiança dos importadores e aumentam o valor agregado do produto.

Em termos de volume, o relatório aponta que a Cooxupé comercializou milhões de sacas de café exportadas em 2024, um número que reflete tanto o aumento da produção nacional quanto o fortalecimento logístico da cooperativa. Esse crescimento está alinhado à expansão das exportações do agronegócio brasileiro como um todo, que, segundo dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), atingiram recordes históricos em 2024, impulsionadas pelos setores de café, soja, milho e carne bovina.

Outro ponto relevante é que, embora as tarifas norte-americanas representem um desafio, o Brasil vem se consolidando em novos mercados que valorizam produtos de origem sustentável e de alta qualidade. As exportações para a Ásia e o Oriente Médio, por exemplo, têm apresentado crescimento significativo, especialmente em países como Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e China, que têm ampliado suas importações de café brasileiro. Essa diversificação reflete não apenas o dinamismo do agronegócio, mas também a eficácia das políticas de abertura comercial e promoção de exportações desenvolvidas pelo governo e pelas cooperativas.



Análise comparativa

Entre 2022 e 2024, a Cooxupé apresentou um crescimento contínuo no volume total de café comercializado, passando de 6,1 milhões para 6,6 milhões de sacas. O volume exportado também evoluiu de 4,6 milhões (2022) para 5,1 milhões de sacas (2024), o que representa um aumento de cerca de 10,8% no período.

Esse desempenho demonstra a resiliência da cooperativa mesmo diante de variações cambiais e das novas tarifas norte-americanas implementadas em 2025. Os principais destinos mantêm-se relativamente estáveis, com Estados Unidos e países europeus como grandes compradores, e a inclusão de mercados asiáticos, como China e Coreia do Sul, reforçando o movimento de diversificação das exportações.

De acordo com o Relatório Anual da Cooxupé (2024), a cooperativa exportou café para mais de 50 países, consolidando-se como a maior exportadora de café do Brasil e do mundo, e ampliando a presença em mercados emergentes com forte demanda por cafés sustentáveis e certificados.

A Tabela abaixo apresenta a evolução do preço médio anual da saca de café entre 2023 e 2025. Observa-se um crescimento contínuo ao longo do período analisado: de R\$ 954,91 em 2023 para R\$ 1.303,97 em 2024 e R\$ 1.814,78 em 2025. Isso representa um aumento de aproximadamente 36,6% entre 2023 e 2024, e de 39,2% entre 2024 e 2025. Essa trajetória de valorização reflete tanto a recuperação do mercado internacional quanto a instabilidade provocada por barreiras tarifárias impostas pelos Estados Unidos sobre produtos agrícolas. Tais medidas tendem a gerar volatilidade nos preços e ajustes na oferta global, afetando diretamente a competitividade do café brasileiro. Assim, embora os preços mais altos possam sugerir ganhos no curto prazo, eles também indicam maior vulnerabilidade econômica e dependência das oscilações do comércio internacional, especialmente no contexto das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos.

Ano	Preço médio Anual em R\$
2025	1.814,78
2024	1.303,97
2023	954,91

Desse modo, observa-se que o volume comercializado e os principais destinos das exportações de café brasileiro demonstram a força e a resiliência do setor, sustentadas tanto pelas políticas públicas quanto pela atuação de instituições como a Cooxupé. A busca por novos mercados, a valorização da qualidade e o investimento em sustentabilidade são elementos que asseguram a competitividade do produto brasileiro e consolidam o país como protagonista no comércio internacional de café.

Competitividade do café brasileiro no mercado internacional

A competitividade do café brasileiro no mercado internacional não se sustenta por discursos otimistas — ela existe porque o setor aprendeu a competir em condições reais, enfrentando clima instável, custos elevados, concorrência asiática agressiva e barreiras comerciais constantes. Ainda assim, o Brasil consegue manter posição estratégica porque entrega o que o mercado exige: volume, regularidade e diversidade de oferta.

O país opera com uma escala que poucos competidores conseguem acompanhar, e isso se traduz em capacidade de abastecer compradores globais com segurança. Não é superioridade; é resultado de estrutura, adaptação e trabalho contínuo dos produtores e cooperativas, que mantêm o setor funcionando mesmo sob pressão externa.

Nos últimos anos, a competitividade brasileira também tem sido reforçada pela atuação das cooperativas, que ampliaram certificações, rastreabilidade e padrões de qualidade voltados ao mercado internacional. Esse movimento abriu espaço para nichos de maior valor, como cafés especiais e lotes diferenciados, reduzindo a dependência exclusiva do café verde tradicional.

Ao mesmo tempo, concorrentes como Vietnã, Colômbia e países africanos vêm crescendo com força — seja oferecendo custos menores, identidade regional ou políticas agressivas de exportação. Isso pressiona o Brasil a melhorar continuamente seus processos, investir em tecnologia e buscar mercados novos, porque o setor sabe que, se parar, perde terreno rapidamente.

Mesmo com esse cenário competitivo acirrado, o Brasil permanece relevante porque conseguiu construir um sistema produtivo resiliente. Não se trata de domínio absoluto: trata-se de capacidade de se manter competitivo mesmo quando o ambiente externo não favorece. E essa persistência é o que sustenta sua presença no comércio global do café.

Assim, quando se fala em competitividade, o Brasil não aparece como líder por mérito isolado, mas porque aprendeu a disputar espaço com países cada vez mais preparados. É essa disputa constante — e não qualquer imagem idealizada — que mantém o país entre os maiores protagonistas do mercado internacional de café.

Variações cambias e impactos nos Preços

A aplicação de tarifas dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, especialmente sobre o café, criou um cenário inicialmente desfavorável para o Brasil. As expectativas eram baixas: acreditava-se que tais medidas comprometeriam a competitividade internacional das empresas brasileiras e enfraqueceriam nossa posição no mercado global. No entanto, mesmo diante desse ambiente incerto, o país e as empresas brasileiras conseguiram mitigar parte desses impactos por meio de diversas estratégias. Entre elas, destacam-se a diversificação

de mercados, buscando novos países compradores; a valorização de cafés especiais, que aumentam o valor agregado do produto; a revisão de contratos de exportação, garantindo maior estabilidade; o uso de hedge cambial; a redução de custos logísticos; além de negociações diplomáticas e participação em acordos internacionais que visam reduzir barreiras tarifárias. Em alguns casos, também houve ajustes cambiais que favoreceram a competitividade do café brasileiro no exterior.

É importante ressaltar que o impacto dessas tarifas não se limitou ao setor empresarial. A prática tarifária abusiva alcançou diretamente o cidadão comum, que teve seu direito básico de consumir café por um preço justo pressionado por decisões políticas e comerciais externas. Ao tomarmos conhecimento dessas tarifas, nós, cidadãos, fomos imediatamente tomados pela preocupação: se o tarifário não se limitasse ao café e se estendesse a outros produtos essenciais, como conseguiríamos viver? Para muitos brasileiros, esse temor se intensificou quando o aumento tarifário sobre determinados itens contribuiu para elevar os preços de produtos como proteínas animais processadas, açúcar, frutas tropicais e derivados de cacau. Embora o encarecimento da carne bovina não esteja diretamente relacionado às tarifas impostas pelos Estados Unidos, o produto — tradicional na mesa do brasileiro — também registrou alta expressiva em razão da desvalorização do real frente ao dólar, que incentivou as exportações e reduziu a oferta interna. Como consequência, o direito de consumir carne tornou-se gradualmente inacessível para uma parcela significativa da população.

Percebe-se, assim, que a eficiência — ou a fragilidade — da administração macroeconômica e da administração interna, seja de um país ou de uma empresa, sob forte pressão externa, define não apenas sua resiliência, mas também a maneira como se comporta diante de crises, instabilidades e desafios estruturais.

Portanto, compreender esse contexto não é apenas analisar números ou oscilações cambiais; é entender como políticas externas podem moldar o cotidiano das pessoas, influenciar práticas de gestão e restringir o acesso a bens fundamentais. Neste tópico, busco apresentar não apenas dados técnicos, mas também refletir de maneira crítica e consciente sobre como essas práticas tarifárias afetam a economia, o consumidor e até mesmo a dignidade social. A discussão que se segue integra minha visão pessoal sobre a injustiça dessas medidas e suas consequências no tecido econômico e cultural do país.

A análise das respostas coletadas mostra que o aumento no preço do café afetou diretamente o consumo cotidiano de grande parte dos entrevistados. Muitos relataram ter reduzido a quantidade consumida ou alterado seus hábitos devido ao encarecimento do produto, evidenciando como um item tradicional e presente na rotina do brasileiro passou a pesar no orçamento doméstico. Além disso, as respostas revelam que uma parcela significativa das pessoas desconhece as reais causas da alta nos preços, o que reforça a necessidade de discutir com clareza os

fatores externos que influenciam o mercado interno e tornam um alimento básico cada vez menos acessível.

Outro ponto evidente é a percepção generalizada de que os preços se tornaram exagerados e injustificáveis. As tarifas abusivas impostas pelos Estados Unidos intensificam ainda mais esse cenário, pois afetam a competitividade do produto brasileiro no mercado internacional e acabam repercutindo nos custos internos. Em outras palavras, políticas tarifárias externas que penalizam o Brasil acabam recaindo sobre a população — especialmente sobre quem já possui menor poder de compra. Assim, o café, que sempre foi símbolo do dia a dia nacional, transforma-se em mais um exemplo de como decisões econômicas globais podem prejudicar diretamente o consumidor comum.

A análise dos gráficos obtidos na pesquisa revela que o aumento do preço do café impactou diretamente o comportamento de consumo. Antes da alta, a maioria dos entrevistados consumia café várias vezes ao dia; porém, após o reajuste, observa-se uma redução visível na frequência, indicando esforço para economizar.

Esse movimento reforça que os preços elevados comprometem o acesso a um produto básico do cotidiano brasileiro e evidenciam como tarifas abusivas e pressões externas acabam prejudicando o consumidor comum. 50% dos entrevistados afirmam que o preço atual do café é “um absurdo”. 21,4% afirmaram que diminuíram o consumo por causa do preço. E ainda há casos de pessoas que deixaram de tomar café devido ao valor categoria “péssimo”. Ou seja, a metade da amostra considera o preço abusivo, e quase a outra metade já tomou medidas para reduzir ou abandonar o consumo — o que reforça a ideia de que o aumento está realmente afetando o cotidiano.

Os entrevistados relataram que, antes do aumento tarifário, costumavam pagar entre R\$ 14,00 e R\$ 17,00 pelo café. Entretanto, após as tarifas e a pressão sobre os preços, o valor passou para uma faixa entre R\$ 25,00 e R\$ 32,00, representando um aumento expressivo que ultrapassa 80% em alguns casos

Apesar de o Brasil ser um dos maiores exportadores de café do mundo, enviando cerca de 71% da produção para o exterior e mantendo aproximadamente 30% para consumo interno, nossos produtos ainda são tarifados por diversos motivos estratégicos. As tarifas existem, antes de tudo, para proteger a indústria nacional. Sem esse mecanismo, produtos estrangeiros poderiam entrar no país a preços muito baixos, inviabilizando a competitividade de setores importantes, como o agrícola, têxtil e tecnológico, e colocando em risco empresas e empregos brasileiros. Além dessa função defensiva, as tarifas também representam uma importante fonte de arrecadação pública, financiando políticas governamentais, obras e programas sociais. Outro papel essencial é o uso das tarifas como instrumento de política externa: elas ajudam a negociar acordos comerciais, responder a medidas injustas de outros países e proteger setores afetados por práticas desleais, como dumping e subsídios. Esse contexto ajuda a explicar o

recente aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos ao comércio internacional — uma medida que afetou o mundo todo, não apenas o Brasil.

Os impactos dessas tarifas foram sentidos tanto pelos brasileiros quanto pelos próprios norte-americanos. Os Estados Unidos são um dos maiores consumidores de café do planeta. O produto faz parte da cultura cotidiana, visto inclusive no cinema com o tradicional copo de Starbucks, e movimenta cerca de 8 bilhões de dólares por ano no mercado americano. Para cada 1 dólar gasto com café, são gerados 43 dólares em receita na economia dos EUA, e o café brasileiro, ao chegar no país, está ligado à geração de 2,2 milhões de empregos. Assim, cada aumento de 1 ponto percentual no preço provoca queda de 2 pontos no consumo, prejudicando diretamente a receita norte-americana.

O impacto também ocorreu em outro produto essencial: a carne bovina. Com o rebanho dos EUA diminuindo, o país passou a depender mais do Brasil, que registrou um aumento de 50% nas exportações de carne para o mercado norte-americano. Essa dependência elevou o custo da carne — inclusive dos hambúrgueres — já que o item passou a ser tarifado em 33%. Questionado se o Big Mac ficaria mais caro no Brasil, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne afirmou que, na verdade, quem sentiria mais esse impacto seriam os consumidores nos Estados Unidos. Lá, a carne moída já vinha sendo avaliada em cerca de 20 dólares (aproximadamente R\$ 108) por 1,5 kg. Enquanto isso, o Brasil exportou 314,7 mil toneladas de carne, segundo dados divulgados pela CNN Money Brasil e pela SECEX. Diante das consequências negativas para a própria economia, o governo norte-americano reconheceu que as tarifas estavam prejudicando o país e, em 14 de outubro, o então presidente Donald Trump decidiu reduzir as tarifas sobre a carne e o café, conforme divulgado pela Forbes Brasil. Mas afinal qual era a intenção de Trump ao aumentar o tarifaço ?

O aumento tarifário implementado por Donald Trump integrou uma estratégia mais ampla de protecionismo econômico, cujo propósito central era reforçar a indústria e a produção interna dos Estados Unidos. Ao elevar tarifas sobre produtos importados — incluindo o café brasileiro — o governo buscava dificultar a entrada dessas mercadorias, tornando-as mais caras e menos competitivas em comparação aos produtos fabricados dentro do país. A intenção era reduzir o déficit comercial norte-americano, pressionar outras nações a renegociar acordos considerados desfavoráveis e estimular empresas a manterem suas cadeias produtivas em território americano. No entanto, embora essa política visasse proteger o mercado interno, seus efeitos acabaram atingindo tanto os consumidores quanto os parceiros comerciais dos EUA, que passaram a lidar com preços mais elevados, retração no consumo e maior instabilidade no comércio internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar os impactos das tarifas norte-americanas sobre o comércio internacional do café brasileiro, bem como seus reflexos socioeconômicos, considerando produtores, distribuidores, economia regional e população. A partir da revisão histórica, da análise de dados de exportação e do estudo das políticas públicas, foi possível constatar que o setor cafeeiro brasileiro mantém sua relevância econômica e social, mesmo diante de barreiras comerciais e pressões externas.

Os objetivos específicos foram plenamente alcançados: o estudo mapeou a evolução histórica do café no Brasil e nos Estados Unidos, demonstrando a importância estratégica do país como maior produtor e exportador mundial; identificou os principais destinos das exportações e o peso do setor na balança comercial; avaliou os efeitos das tarifas norte-americanas sobre a competitividade do produto brasileiro; e analisou os impactos econômicos e sociais, tanto para os agentes da cadeia produtiva quanto para os consumidores, brasileiros e norte-americanos.

A análise revelou que uma boa administração, seja de empresas ou do país, faz toda a diferença frente a pressões externas. Apesar do tarifário imposto pelos Estados Unidos e de seus impactos diretos sobre o consumidor final, o Brasil, por meio de estratégias comerciais, análise de mercado e políticas públicas fortalecidas, conseguiu mitigar os efeitos negativos, proteger setores estratégicos como o cafeeiro e o de carne bovina, e manter sua competitividade internacional.

Além dos aspectos econômicos, constatou-se que as barreiras tarifárias afetam diretamente o cotidiano da população, elevando preços e exigindo ajustes de consumo. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas eficazes e de uma administração estratégica que considere tanto os impactos externos quanto o bem-estar social interno.

O estudo também destaca a importância da gestão de crises, administração de riscos e tomada de decisões sob pressão, mostrando que a capacidade de adaptação e resiliência é tão essencial quanto a produtividade em si, tanto para empresas, cooperativas quanto para órgãos públicos.

Por fim, o agronegócio brasileiro, especialmente o setor cafeeiro, demonstra capacidade de resiliência e adaptação que o mantém como protagonista no comércio internacional. Para o futuro, recomenda-se a continuidade da diversificação de mercados, investimentos em sustentabilidade, rastreabilidade e

inovação tecnológica, além da ampliação do apoio governamental a produtores de todos os portes, fortalecendo o setor frente a possíveis instabilidades globais.

Por fim, reconhece-se que todo o esforço, pesquisa e análise apresentados neste trabalho foram possíveis com a orientação e auxílio divino, guiando cada etapa da elaboração do estudo. Como está escrito em Isaías 41:20:

“Para que todos vejam e saibam, considerem e entendam que a mão do Senhor fez isso, e o Santo de Israel o criou.”

REFERÊNCIAS BIBLIGÁFICAS

BRASIL. Lei Complementar nº 216, de 2025. Institui o Programa Acredita Exportação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. *Plano Safra 2025/2026.* Brasília, 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Relatório de Comércio Exterior do Agronegócio 2024. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. *Regime Aduaneiro Especial de Drawback.* Brasília, 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Estatísticas de Exportação Brasileira 2024. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. *Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex).* Brasília, 2025.

BRASIL. Receita Federal. *Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (REINTEGRA).* Brasília, 2025.

BRASIL. *Plano Brasil Soberano 2025.* Ministério da Fazenda, Brasília, 2025.

BRUSCATTO, Mariana. Entrevista concedida à autora. Jaguariúna (SP), 18 ago. 2025.

COOXUPÉ. *Relatório Anual 2024.* Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. Guaxupé (MG), 2024. Disponível em: https://www.cooxupe.com.br. Acesso em: nov. 2025.

FGV ICOMEX. *Boletim de Comércio Exterior – Julho de 2025.* Fundação Getulio Vargas, 2025.

MARQUESE, Rafael. Estudos sobre cafeicultura no Brasil. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala.* Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1933.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822).* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem Pitoresca ao Brasil.* 1835.

FORBES BRASIL. “Tarifas norte-americanas impactam exportações brasileiras de café e carne.” Disponível em: https://forbes.com.br. Acesso em: nov. 2025.

CNN MONEY BRASIL. “Exportações brasileiras sofrem com tarifas dos EUA.” Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br. Acesso em: nov. 2025.

JORNAL NACIONAL. “Impacto das tarifas norte-americanas sobre produtos brasileiros.” TV Globo, 14 out. 2025. Disponível em: https://globoplay.globo.com. Acesso em: nov. 2025.

ANEXO A – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Este anexo apresenta os instrumentos de coleta de dados utilizados para o presente estudo, incluindo entrevistas e questionários online, com o objetivo de analisar os impactos das tarifas norte-americanas sobre o comércio internacional do café brasileiro e seus reflexos socioeconômicos.

1. Entrevista online com Mariana Bruscatto

Entrevistada: Mariana Bruscatto – Secretária de Economia de Jaguariúna (SP)

Data: 18/08/2025

Formato: Entrevista online por videoconferência

Trecho selecionado

> “Isso atinge não só os grandes exportadores, mas toda a cadeia: do pequeno produtor à indústria. [...] É um chamado para investirmos em inovação, diversificação e em políticas públicas que deem mais segurança ao produtor.”

2. Questionário online (Forms) com participantes selecionados

Participantes: Amigos e conhecidos da autora

Período: Agosto a Setembro de 2025

Formato: Questionário online via Google Forms

Objetivo: Levantar percepções sobre o aumento de preços do café e outros produtos afetados pelas tarifas

Trechos selecionados das respostas:

“Passei a consumir menos café por conta do aumento de preço.”

“Achei os preços abusivos e estou reduzindo compras de produtos importados.”

Observações gerais:

Os instrumentos foram aplicados de forma voluntária, garantindo confidencialidade dos participantes.

As informações coletadas complementam os dados secundários do TCC, fornecendo subsídios para análise qualitativa sobre os impactos econômicos e sociais das tarifas norte-americanas.